

Barbosa Lima Sobrinho

A final se reuniram, no Rio de Janeiro, os países esmagados pelos compromissos de uma dívida externa, que não têm condições de pagar. Tão-somente um encontro para conversas. Nenhuma resolução definitiva, o que é muito para lamentar.

E, na verdade, estavam presentes quase todos os países devedores da América Latina, a Argentina, o Brasil, a Colômbia, o México, o Peru, o Uruguai e a Venezuela. Era o chamado Grupo dos Oito, reduzidos a sete, pela exclusão do Panamá. A dívida desses sete países está sendo orçada em 350 bilhões de dólares. E o mais grave é que o pagamento da dívida se opõe às necessidades do desenvolvimento econômico desses sete países. Todos se defrontam a um dilema: ou pagar ou não ter desenvolvimento econômico. Que a sangria proveniente dos juros unilaterais, impostos pelos credores, consome os recursos que poderiam financiar o desenvolvimento desses sete países. Consequência natural dessa situação deficitária é a inflação que os devora, com taxas crescentes, como se pode avaliar pelo que se passa no Brasil.

Que não conseguem pagar, mesmo que o queiram, dizem essas reuniões de ministros da Fazenda, para dar um passeio e para travar conversas inúteis. Ao que parece, não desejam recorrer à moratória. O próprio Brasil abriu mão da que estava em vigor, e ainda fazendo questão de enumerar os prejuízos que dela resultaram, o que não chegou a convencer ninguém.

Do quadro geral do serviço da dívida da América Latina nos deu notícia Franco Montoro, num livro recente, publicado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Vem sendo paga com imenso sacrifício. E, apesar disso, a dívida não faz senão crescer. Só no ano passado, a América Latina desembolsou 145 bilhões de dólares. E, nesse mesmo período, a dívida passou de 330 bilhões a 450 bilhões de dólares. Uma informação que não tem nada de surpreendente, se verificarmos que a mesma coisa ocorreu no Brasil, que de 1982 a 1986 pagou 73.684 milhões de dólares, enquanto a dívida, nesse mesmo período, passava de 71.304 milhões de dólares a 110.572 milhões de dólares, segundo o próprio Banco Mundial.

Fiquemos com os 145 bilhões pagos pela América Latina. Já se pensou no que poderiam conseguir, se aplicados no desenvolvimento dos sete países devedores?

O regime continua a ser de uma descapitalização crescente, em países que se estão matando para servir a banqueiros que se aproveitaram dos petrodólares, para obter lucros fabulosos. Como no caso do Brasil. Somente num ano, o de 1982, o Brasil pagou 20 bilhões de dólares, compensados por investimentos estrangeiros que não passavam de migalhas. E ainda há inocentes que vivem a proclamar que o Brasil, não tendo capitais, não se pode desenvolver senão com o auxílio do que chamam poupança externa. Não representaram esses 20 bilhões de pagamentos da dívida uma exportação de poupanças, que seriam suficientes para o financiamento de um espetacular programa de desenvolvimento econômico?

Houve tempo em que eram escassos os capitais estrangeiros, para se aplicarem fora dos países que os produziam. Mas, com a presença do Japão, esses capitais cresceram consideravelmente. Um industrial e banqueiro bem informado, e que não esconde o seu entusiasmo pelo advento do capital estrangeiro, o sr. Henrique Sérgio Gregori, nos oferece, em entrevista recente, alguns dados preciosos sobre a distribuição do capital internacional. Em 1986, segundo ele, esse capital alcançava 152 bilhões de dólares, somando os 84 bilhões fornecidos pelo Japão com os 48 bilhões provenientes da Europa. Mas, desses 152 bilhões, 125 iam para os Estados Unidos, ou seja, 82,2% do total, 11,8%, ou 18 bilhões, eram açambarcados por três países de origem inglesa, a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá. Para os 12 países do mundo subdesenvolvido restavam tão-somente 5 bilhões de dólares, que, divididos, dariam 416 milhões para cada um ou, 3,2% da soma total. Que significação poderiam ter esses 416 milhões para um devedor, como era o caso do Brasil, que exportava, a título de pagamento da dívida, não menos de 20 bilhões de dólares? E não se diga que se tratava de um ano excepcional, uma vez que, em cinco anos, saíram do Brasil, para o pagamento da dívida, 73 bilhões 684 milhões de dólares.

Nem se alegue que o Brasil criou dificuldades à entrada do capital estrangeiro. Uma lei que procurava apenas regulamentar a remessa de lucros, aprovada pelo Poder Legislativo, não chegou a ser sancionada pelo presidente João Goulart. Passou apenas por decurso do prazo fixado para o pronunciamento do Poder Executivo. E poucos anos depois, o governo do marechal Castelo Branco se incumbiu de modificá-la, para facilitar a entrada do capital estrangeiro. Qualquer restrição é varrida imediatamente, pelos lobbies que se organizam no momento, com figuras proeminentes da sociedade brasileira.

Só não entendi que não se aproveitasse a presença de sete países devedores, para a formação de um cartel de devedores, enfrentando o *pool* dos banqueiros, muito bem organizado e diligente. O argumento usado pelo nosso ministro da Fazenda só convence a ele mesmo. Acha ele que a formação do cartel se dissolveria, quando um dos contratantes deixasse de lado os compromissos, para obter condições mais favoráveis, oferecidas pelos credores.

Um argumento que, além de ser ofensivo para o Grupo dos Oito, ou dos sete, poderia valer para que os demais contratantes pleiteassem as mesmas vantagens proporcionadas ao dissidente venturoso. Como se vê, um argumento que, além de efeitos de bumerangue, não recomendaria o QI dos que o formulassem ou o admitissem. Quando só um cartel, envolvendo o maior número de devedores, terá condições para enfrentar, com êxito, o *pool* dos credores, com algum projeto adotado por eles, e que não dependesse da concordância dos credores. Pretender convencer banqueiros internacionais, protegidos pela distância, e apoiados a contratos escritos, fora da jurisdição dos devedores, seria trabalho perdido, ou limitado à obtenção de algumas pequenas concessões, que não chegariam a alterar o quadro geral da dívida, como se pode comprovar com as escassas conquistas dos últimos e recentes entendimentos. Infelizmente, ainda não se conseguiu remover, entre os negociadores, aquele complexo colonial, a que se reportava o sr. Gorbachev. Embora se vão acumulando os obstáculos, que retardam o desenvolvimento econômico do Brasil.